Queda da receita corta gastos do governo pela metade

Madalena Rodrigues

Gilberto Alves — 27/9/90

Parente anuncia 92 magro: Cr$ 1 trilhão para ratear entre custeio e investimento

BRASÍLIA — Mais de 15 milhões de brasileiros continuarão sem água tratada e 60 milhões sem rede de esgotos. Cerca de 50 milhões vão continuar sem coleta de lixo no próximo ano e milhares de quilômetros de estradas continuarão sem a conservação necessária. Esses números resumem o quadro sobre a falta de recursos que compromete, de forma crescente, o investimento público. Este ano, o governo raspou a medula. Teve de cortar, a menos da metade, as despesas previstas no orçamento aprovado pelo Congresso Nacional, porque a receita com impostos foi superestimada pela Comissão de Orçamento do Congresso em mais de Cr$ 800 bilhões. No próximo ano, a situação será ainda pior: a receita da União será menor e os gastos terão redução forçada de 50% em relação a este ano. Assim, chega-se ao fundo do poço, com a metade da metade do que teria de ser gasto para corrigir as mazelas do país.

As previsões de gastos do governo para 1992 são ainda preliminares. Somente no final deste mês, depois de discutir com todos os ministros e secretários de governo, e com o presidente Fernando Collor, o secretário de Planejamento do Ministério da Economia, Pedro Parente, terá uma versão definitiva do orçamento que será enviado, no dia 31 próximo, para exame e aprovação do Congresso. Mas a penúria já é fato consumado. "Os ministros não estão mais de chapéu na mão porque não têm mais dinheiro para comprar o chapéu", costuma brincar Parente, permitindo-se ainda o bom humor no fogo cruzado das reclamações.

Retalho — O governo deverá arrecadar em 1992 cerca de Cr$ 45 trilhões (em valores de abril deste ano, a serem reajustados de acordo com a inflação até dezembro próximo). Desse total, a União vai gastar quase a metade para rolar a dívida pública (resgatar e colocar títulos). Outros Cr$ 4,2 trilhões serão consumidos pela folha de salários dos servidores públicos e mais de Cr$ 3 trilhões serão destinados aos estados e municípios. Depois de retalhar essa massa de recursos e alocar dinheiro em contas obrigatórias, como Educação e Previdência Social, o governo federal terá apenas Cr$ 1 trilhão para custear a máquina administrativa e investir em setores prioritários.

"Estamos assistindo à depreciação das estradas, das escolas e dos hospitais por falta de recursos", constata Pedro Parente. Este ano, mesmo tentando reverter a situação, o governo acabou perdendo receita com o fim da indexação dos impostos. No próximo ano, lembra, novos fatores vão contribuir para agravar esse quadro. O primeiro deles é que a União terá de ceder um pouco mais de recursos aos estados e municípios. A Constituição aprovada em 1988 manda que seja reduzida a participação do governo federal no bolo dos impostos. Essa fatia, que era de 66% antes da promulgação da Carta, está em 56% este ano e cairá para 54,5% no ano que vem. O problema é que, enquanto faz essa dieta, a União não consegue transferir novas responsabilidades aos prefeitos e governadores. Esse será um dos pontos centrais da reforma tributária a ser proposta pelo Executivo, que promete uma longa batalha entre o governo e o Congresso.

Remédio amargo — No início desta semana, depois de fazer e refazer contas, a Secretaria de Planejamento despachou para os ministérios um pacote amargo: os tetos de gastos para o próximo ano, com uma redução de até 75% das despesas em alguns casos, em relação a este ano. Depois do primeiro impacto, a secretaria começou a atender à romaria de aflitos. No Ministério da Infra-Estrutura, por exemplo, assessores afirmam que os recursos propostos são irrisórios e que é preciso refazer as contas a partir da estaca zero. No Ministério da Ação Social, outro susto: o secretário de Saneamento, Walter Annichino, diz que a primeira proposta prevê magérrimos Cr$ 5 bilhões do Orçamento Fiscal para investimentos em saneamento básico, o que representa uma pequena fração das necessidades do setor, que é da ordem de Cr$ 500 bilhões.

"Quanto menos água tratada e redes de esgotos, mais as populações pobres se tornam vulneráveis a doenças, entre elas a cólera", lembra Anichinno, acrescentando que cortes de investimentos nessa área são especialmente perversos. Para saneamento básico, também serão carreadas verbas do Ministério da Saúde, que, por enquanto, não estão definidas. Os militares, considerados prioritários, tanto quanto os ministérios que administram programas na área social, também reagiram e já despacharam frentes de resistência para a Secretaria do Planejamento, em busca de mais dinheiro.

Menina dos olhos — Somente o Ministério da Saúde apresenta relativa prosperidade. Este ano, 70% de suas verbas já foram liberadas, em comparação com apenas 30% liberadas para outros ministérios. E para o ano que vem, o ministro Alceni Guerra conta com um crescimento real (superior à inflação), de 20% nas verbas que irá administrar. À sua área de comando também pertencem os Ciacs (Centros Integrados de Assistência à Criança) que é a menina dos olhos do presidente Fernando Collor. Sobre os recursos para os Ciacs, assim como para projetos de meio ambiente, o presidente é que dará a última palavra, afirma Pedro Parente.

Quanto menos o Estado investe, menor é o crescimento da produção no país, porque o governo federal, que é o maior comprador, adquire cada vez menos papéis, menos máquinas, contrata menos serviços e cria menos empregos. Essa situação, segundo Pedro Parente, não surpreende, pois antes de ser aprovada a nova Constituição, o então presidente José Sarney lembrava que ela poderia tornar o país ingovernável. Ainda que não confirme a profecia de Sarney, o emagrecimento das receitas federais tem o efeito danoso de reduzir a atividade econômica. Este ano, o PIB (Produto Interno Bruto) deverá ter crescimento simbólico, menor que 1%, no rastro de uma queda de 4% no ano passado. No ano que vem, a redução dos investimentos públicos promete tornar esse quadro ainda mais grave.